



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO
(Do Sr. William Woo)**

Requer que membros da Comissão participem de visita à Penitenciária Federal de Catanduvas – PR para verificar *in loco* a real situação da unidade.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 32, XVI, “h” e “i”, combinados com o Ato da mesa n.º 125/02, requeiro que membros desta Comissão visitem a Penitenciária Federal de Catanduvas-PA para verificar *in loco* a real situação atual da unidade.

O jornal *Folha de São Paulo* de 16 de abril de 2007 publicou sob o título “Relatório aponta caos em presídio federal”. Diz a notícia:

“Relatório aponta caos em presídio federal

Problemas são resultado da queda-de-braço entre agentes penitenciários e a direção do superpresídio de Catanduvas (PR)

Documento reservado da Polícia Federal aponta agentes com antecedentes criminais, desvio de conduta e falhas na segurança

JOSÉ MASCHIO - DA AGÊNCIA FOLHA, EM CATANDUVAS

Inaugurada em junho de 2006 com estardalhaço pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, a penitenciária federal de Catanduvas (PR) vive uma situação de caos, motivada por uma queda-de-braço entre os agentes penitenciários e a direção da unidade. Esse quadro é descrito em relatório interno do serviço de inteligência da Polícia Federal, a cuja cópia a Folha teve acesso.

O documento expõe uma unidade bem diferente do superpresídio alardeado pelo governo. Mostra agentes com antecedentes criminais e desvios de conduta, falhas graves de segurança e influência de presos - como o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, o primeiro a ocupar a cadeia.

A disputa interna, aponta o relatório, é motivada pela decisão do Ministério da Justiça de vincular os agentes ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e colocar homens da Polícia Federal nos dois principais cargos de chefia da cadeia - chefe de segurança e diretor.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O clima de competição entre os órgãos - ambos subordinados ao ministério- se refletiu na insubordinação dos agentes contra o delegado aposentado da PF Ronaldo Urbano, que dirige a unidade.

Em novembro passado, após medidas de Urbano, os agentes exigiram a presença do diretor-geral do Depen, Maurício Kuehne, que revogou os atos -que incluíam o desmonte de uma equipe de trabalho- e enfraqueceu ainda mais a administração do delegado.

Beira-Mar

A falta de normas e o enfraquecimento da chefia fortaleceram os presos, a maioria integrantes de facções criminosas, notadamente o PCC (Primeiro Comando da Capital). Beira-Mar, diz o relatório, já assumiu a condição de chefe dos demais detentos. São 141 presos na unidade -a capacidade é para 208 pessoas.

O traficante carioca tem ajudado presos mais pobres com a contratação de advogados e já alugou dois apartamentos em Catanduvas "para que sirvam de albergue para familiares de presos", cita o documento.

A Folha apurou que Beira-Mar comprou um táxi em Cascavel (PR), cidade a 48 km de Catanduvas, que é usado para levar seus parentes ao presídio. O objetivo seria evitar que a presença de carros de luxo chamasse a atenção.

A Folha apurou que no acordo fechado entre advogados de Beira-Mar e o taxista, o traficante ficou responsável pelo pagamento das prestações mensais de R\$ 827 do Siena 0 km, financiado em 60 meses.

Em troca, o taxista tem a obrigação de não deixar sem condução parentes ou advogados de Beira-Mar na região. Segundo taxistas de Catanduvas, "Pé de Boi" faz, em média, quatro viagens mensais entre Cascavel e Catanduvas.

O relatório aponta também que um agente da unidade declarou a colegas ter sido consumidor habitual de cocaína e ter "admiração" pelo traficante.

Segundo o documento, mesmo depois de a direção ser informada do fato, o agente continuou trabalhando na ala de Beira-Mar, "tendo o hábito de "bater papo" com o detento".

Segurança

Ao divulgar a inauguração do presídio, o governo informou que a comunicação entre agentes e presos só seria permitida "em caso de extrema necessidade" e que as conversas seriam gravadas. O relatório da PF informa que parte das câmeras de vigilância e microfones de lapela ainda não entrou em funcionamento.

Entre outras falhas de segurança apontadas, estão a ausência de plano de contingência para rebeliões e incêndios e registro de atendimento de celulares em áreas cuja entrada desses aparelhos é proibida.

O presídio teve falhas já na contratação dos agentes. Os aprovados só passaram por capacitação após a admissão e não tiveram seus passados investigados. Resultado: dos 239 agentes contratados, 11 são réus em inquéritos ou processos criminais. Entre os delitos, há tráfico de drogas, homicídio e atentado violento ao pudor. “

OAB denuncia tortura dentro do presídio

Após o relato, a direção da penitenciária proibiu a entrada de membros da ordem sem autorização da Justiça Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatório da PF aponta que agentes penitenciários fingem ser policiais federais e extorquem dinheiro dos comerciantes locais

Bruno Miranda/Folha Imagem- Mulher de um dos detentos do presídio, que não quis se identificar, ergue a filha de 11 meses; ela mora com outras 2 mulheres de preso

Pelo menos dois agentes penitenciários de Catanduvas, segundo apurou a Folha, serão denunciados por crime de tortura contra o assaltante de banco José Reginaldo Girotti, apontado como mentor do assalto ao Banco Central em Fortaleza, em 2005.

Girotti foi transferido no último dia 22 para a penitenciária federal de Campo Grande (MS), inaugurada em dezembro. A transferência ocorreu depois que um laudo do IML (Instituto Médico Legal) comprovou que Girotti foi vítima de tortura, em fevereiro, no presídio de Catanduvas.

Sete agentes da unidade estão indiciados como réus na apuração do caso. O inquérito da Polícia Federal e a ação judicial correm em segredo de Justiça. O pedido de segredo foi feito pelo procurador da República Carlos Henrique Bara.

A denúncia de tortura foi feita pelo presidente da subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Cascavel, Luciano Braga Côrtes. Após a denúncia, a direção do presídio proibiu a entrada de membros da OAB na penitenciária sem autorização da Justiça Federal.

O relatório da PF sobre Catanduvas aponta "fortes suspeitas" de que o sindicato dos agentes da unidade tenha sido estruturado "por influência de membros do crime organizado, particularmente o PCC". O objetivo, diz o documento, seria o "controle da unidade prisional pela facção".

O presidente do Sindapef (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais de Catanduvas), Helder Jacoby, negou influência do crime organização no sindicato e disse que as acusações são "levianas".

Sobre a denúncia de tortura, Jacoby disse que agentes usaram força para conter Girotti, "mas o restante das escoriações foi ele mesmo quem provocou". "Com o dinheiro que tem, acionou seus advogados para criar um fato", disse.

"Pitboys"

O relatório feito pela PF também aponta que agentes penitenciários de Catanduvas se fazem passar por policiais federais para ter livre acesso a bares e boates de Cascavel, cidade-pólo da região.

Um grupo de agentes praticantes de artes marciais, auto-intitulado "pitboys", estaria provocando confusões em casas noturnas e extorquindo dinheiro de comerciantes para organizar festas particulares, nas quais, segundo o relatório, há consumo de drogas e seções de stripteases com prostitutas.

Segundo o relatório, lojas de munição e armas seriam as principais vítimas das extorsões dos "pitboys". O documento aponta ainda o uso de arma de fogo, pelos agentes, para abordar pessoas nas ruas de Cascavel, situações em que assumem o papel de policiais.

Uniformes

Outra irregularidade identificada na conduta dos agentes é consequência da falta de preparo para a função: eles andariam em público, durante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

suas folgas, com uniformes do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), tornando-se assim alvo fácil de facções criminosas.

A Folha não conseguiu comprovar, com comerciantes da região, a informação sobre extorsão de dinheiro que seria praticada pelos agentes. Em duas casas noturnas de Cascavel, no entanto, a reportagem confirmou que agentes vão armados para as festas. Em uma delas, a Square Bar, freqüentada pelas classes média e alta de Cascavel, os "pitboys" brigaram com freqüentadores no final do ano passado.

"Temos espaço para 1.500 pessoas dançarem e é normal alguma confusão. Mas, como eles [agentes] não têm poder de polícia, não deveriam estar armados", afirmou Daniele Passini, uma das donas da boate.

Depen reconhece falhas em contratações

O diretor-geral do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), Maurício Kuehne, disse, na sexta-feira, que só iria comentar o relatório da Polícia Federal sobre irregularidades no presídio federal de Catanduvas após ter acesso ao material.

"Assim que tivermos acesso a esse relatório, que devia ser sigiloso, iremos comentá-lo."

Kuehne reconheceu falhas no primeiro concurso para agente penitenciário federal.

"Quando assumi o Depen, o concurso já havia sido feito. Eu apenas o homologuei. Mas também decidi que, nos outros concursos, a prova escrita será uma primeira etapa, com o curso de capacitação valendo como segunda fase. É uma atividade nova e sujeita a ajustes", afirmou o diretor-geral do departamento.

Sobre a acusação de tortura por agentes, Kuehne disse que instaurou sindicância após o "incidente" e que o fato foi comunicado a autoridades policiais e judiciárias. "Tanto é que existe o processo aberto."

O diretor-geral disse ainda que o Depen "não tem qualquer comunicação sobre casos de comprometimento de agentes penitenciários federais com o crime organizado."

"Trapalhadas"

O presidente do Sindapef (Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais de Catanduvas), Helder Jacoby, 37, disse que o fato de agentes com antecedentes criminais terem sido admitidos mostra "como foi um ato político e no atropelo" a abertura da unidade.

"Ninguém ainda foi condenado. Mas ficam claras, desde a origem, as trapalhadas do Depen na contratação. Fomos admitidos antes do curso de capacitação", disse Jacoby.

Jacoby confirmou que agentes deram "carteiradas" em casas noturnas da região.

"Reunimos o pessoal e explicamos que isso não era direito. Hoje não existe mais isso aqui na região", afirmou o dirigente sindical.

Ele atribuiu o caos no presídio à atuação de Urbano, o diretor-geral. "A direção é inepta para o cargo. Vive emitindo circulares e comunicados, um revogando o último e assim por diante. Até extintores de incêndio têm memorandos colados. Não é assim que se administra um presídio."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O diretor da penitenciária de Catanduvas, Ronaldo Urbano, não quis se manifestar sobre o documento da Polícia Federal nem sobre as críticas à sua gestão feitas pelo presidente do sindicato.

Ele disse que qualquer comentário sobre o relatório da PF seria feito por Kuehne."

O mesmo jornal *Folha de São Paulo* publicou em 17 de abril de 2007:

"Órgão federal admite que há problemas em Catanduvas

Depen afirma que alguns pontos já foram sanados

JOSÉ MASCHIO - DA AGÊNCIA FOLHA, EM LONDRINA

Em nota divulgada ontem, o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) admitiu falhas na contratação de agentes penitenciários com antecedentes criminais, denúncia de tortura a presos e problemas estruturais na Penitenciária Federal de Catanduvas (PR).

A Folha revelou ontem documento interno da Polícia Federal que aponta uma situação de caos na penitenciária.

O Depen afirma que os problemas citados pela reportagem constam de relatórios que traçaram um "cenário" relativo ao final de 2006 e que muitos deles já foram sanados.

O diretor do Depen, Maurício Kuehne, disse que, com relação ao comportamento de carcereiros federais, que extrapolam suas funções e agem como policiais, o departamento encaminha os casos à corregedoria quando há denúncias.

Na nota, o Depen não comenta as denúncias de abuso de agentes e a prática de "carteiraços" em restaurantes e boates de Cascavel, município próximo a Catanduvas.

Kuehne disse, em entrevista por telefone, que não existe nenhum documento comprobatório do envolvimento de agentes com o crime organizado. No relatório, é citada a influência do traficante Fernandinho Beira-Mar sobre outros internos e alguns agentes penitenciários.

O diretor declarou não ter conhecimento sobre essas denúncias, mas que iria mandar investigar o caso.

Leia a seguir a íntegra da nota divulgada ontem.

Os relatórios citados na matéria datam de 17 de agosto e de 24 de novembro de 2006. As pendências apontadas retratam um cenário referente ao período de inauguração e não refletem a atual situação.

Todas as atividades da Penitenciária Federal de Catanduvas, bem como as de Campo Grande, são objeto de monitoramento por meio de câmeras de circuito interno que funcionam 24 h/dia. As imagens, além de captadas na própria unidade, são transmitidas em tempo real para uma sala especial na sede do Depen, em Brasília. A direção do Depen, através da área de tecnologia da informação, está terminando os preparativos para que a Polícia Federal de Cascavel tenha acesso online às atividades da unidade de Catanduvas.

No fim de 2006, o diretor-geral do Depen e o diretor do Sistema Penitenciário Federal foram à unidade de Catanduvas com o intuito de realizar uma reunião com a direção do presídio, com a diretoria do sindicato e com os agentes penitenciários lotados naquela unidade. Essas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

reuniões são habituais e acontecem de forma periódica. À época havia descontentamento de pequeno segmento dos agentes penitenciários com relação ao chefe da divisão de segurança, um agente da PF com larga experiência em sistema prisional. Decorridos cinco meses, nenhuma outra reclamação veio ao conhecimento da Diretoria do Sistema no que se refere a problemas de relacionamento com o chefe de disciplina ou ainda com o diretor da unidade.

Não procede a informação de que a unidade não possui um plano de contingenciamento para atentados, rebeliões ou incêndios. Existe um plano de ação e um manual de procedimentos elaborados pelo Depen. Ambos são aplicados na unidade e são constantemente aprimorados.

Atualmente está em vigor o decreto 6.049/2007, que criou o Regulamento Penitenciário Federal. Esse regulamento dita as normas de conduta no interior das unidades federais. Paralelamente, profissionais qualificados exercitam a assistência e o tratamento penitenciário aos detentos no que se refere à saúde, educação, trabalho, assistência social e jurídica. Dessa forma, não procede a denúncia de que não há norma de tratamento dos presos.

Em razão de a Lei 10.693/ 2003 não ter exigido a investigação social nem previsto concurso em 2 etapas (prova escrita e treinamento), a área de inteligência do Depen detectou que alguns agentes penitenciários federais registravam antecedentes criminais. Como esses agentes já eram servidores públicos e os processos-crimes que respondiam, praticamente todos, já estão julgados, em fase de julgamento ou condutas típicas desclassificadas, a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, juntamente com os diretores das unidades penais, resolveu manter rigoroso controle sobre esses profissionais evitando, inclusive, que tenham contato direto com o detento. O Depen propôs Medida Provisória com o aval do ministro da Justiça, sob análise do Ministério do Planejamento, que cria mais 750 cargos de agentes penitenciários federais e 250 cargos de especialistas em gestão e tratamento penitenciário. Além disso, a referida MP prevê também a realização de um novo concurso em 2 etapas, ambas eliminatórias: prova escrita e psicotécnico e curso de capacitação. Durante a fase de recrutamento, sob pena de serem eliminados, todos os candidatos deverão apresentar "procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável" que serão definidas no edital do concurso.

Com relação à denúncia de tortura, a direção da unidade, de forma proativa, adotou todas as providências necessárias à sua apuração, ou seja, exame de corpo de delito do preso, instauração de procedimento administrativo disciplinar e inquérito policial. Os procedimentos estão em andamento e somente o resultado dessas apurações dirá se houve maus tratos ou não.

Há rigor absoluto no acesso de pessoas à penitenciária, inclusive, de autoridades. Para entrar na unidade, agentes, prestadores de serviço, advogados e visitantes são submetidos a identificação biométrica digital, cujos dados estão armazenados na unidade e na sede do Depen, em Brasília.

Os problemas de água já foram devidamente sanados. Além de estar conectada à rede pública de abastecimento, a unidade possui um poço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

artesiano. De acordo com levantamentos efetivados pela direção da unidade, havia nas tubulações um redutor da pressão da água. Essa inadequação já foi resolvida.

A Diretoria do Sistema Penitenciário Federal tem a convicção de que suas unidades são as mais seguras de todo o país. A pretensão do Depen, inclusive, é torná-las referência nacional.

O Depen esclarece ainda que suas unidades são sistematicamente vistoriadas por autoridades do Ministério Público Federal e Estadual, da Justiça Federal e Estadual e da própria OAB. Essas instituições, habitualmente, apresentam relatórios enaltecendo a qualidade dos serviços prestados nas unidades federais.”

Diante da gravidade dos fatos e atos relatados nas notícias, é de fundamental importância a realização da visita ora requerida para que possamos, não apenas cumprir nossas atribuições constitucionais de fiscalização de atos do Poder Executivo, como também de contribuir com a solução dos problemas.

Sala da Comissão, de abril de 2007

Deputado WILLIAM WOO